

PROGRAMA ELEITORAL | AUTÁRQUICAS 2025 | CONCELHO DE PONTA DELGADA

**UNIDOS POR
PONTA DELGADA**



PROGRAMA ELEITORAL

AUTÁRQUICAS 2025

#autarquicas2025

ÍNDICE

ÍNDICE.....	1
PREFÁCIO.....	3
1º COMPROMISSO: AS PESSOAS	4
1.1. Parcerias entre órgãos de poder local e Organizações de Economia Social e Solidária (OESS)	4
1.2. Políticas sociais e de saúde.....	5
1.2.1. Políticas sociais	5
1.2.2. Políticas de Saúde	5
1.2.3. Saúde mental e bem-estar.....	6
1.2.4 Apoio ao envelhecimento ativo.....	7
1.3. Habitação e Urbanismo	8
1.4. Mobilidade e Transportes	9
1.5. Segurança e Prevenção	12
1.6. Educação e emprego	12
1.7. Juventude, talento e negócio local.....	14
1.8. Ambiente, transição ecológica e resiliência climática	15
1.8.1. Energia e Mobilidade Sustentável	15
1.8.2. Biodiversidade e Gestão Sustentável da Água	16
1.8.3 Economia Circular e Resíduos.....	18
1.9. Desporto.....	19
1.9.1. Apoio ao Movimento Associativo Desportivo (MAD).....	19
1.9.2. Infraestruturas Desportivas.....	19
1.9.3. Valorização dos Agentes Desportivos.....	20
1.9.4. Fomento da Literacia Motora em Crianças e Jovens.....	20
1.9.5. Atividade Física e Desportiva para Todos.....	20
2.º COMPROMISSO: DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA COM IMPACTO LOCAL.....	21
2.1. Turismo e comércio.....	23
2.1.1. Turismo Sustentável e Qualificado	23



2.1.2. Valorização do Património Natural e Cultural	24
2.1.3. Turismo para Todo o Ano	25
2.1.4. Descentralização da Oferta Turística	25
2.1.5. Emprego e Formação no Setor	25
2.1.6. Apoio ao Turismo Local e aos Pequenos Negócios.....	26
2.1.7. Parcerias com freguesias e setor privado	26
2.1.8. Transição Digital e Verde no Turismo (Modernização e Inovação)	27
2.2. Agricultura.....	27
2.2.1. Agricultura como prioridade estratégica	27
2.2.2. Mais rendimento para quem produz.....	28
2.2.3. Melhoria das Condições de Trabalho Agrícola	28
2.2.4. Gabinete de Apoio aos Fundos Comunitários	28
2.2.5. Caminhos Agrícolas e Abastecimento de Água.....	29
2.2.6. Central de Captação, Gestão e Distribuição de Chorumes	29
2.2.7. Mercados de Proximidade	30
3.º COMPROMISSO: CULTURA, INOVAÇÃO E ECLETISMO	30
3.1. Dinamização Cultural do Centro Histórico	31
3.2. Cultura e património	31
3.3. Direitos humanos, igualdade e inclusão	34
3.4. Interculturalidade e diáspora.....	34
3.5. Bem-estar animal	35
4.º COMPROMISSO: PROXIMIDADE, PARTICIPAÇÃO E GOVERNAÇÃO	37
4.1. Otimização dos serviços.....	37
4.2. Descentralização	38
4.3. Administração municipal e gestão financeira	38
4.4 Participação Cívica e Governança	39

PREFÁCIO

Apresentamo-nos, em Coligação, UNIDOS POR PONTA DELGADA, com propostas abrangentes e concretas, nunca desistindo das nossas convicções para a promoção de uma cidade e concelho de Ponta Delgada mais prósperos. Ao longo dos anos, o Partido Socialista tem dado um contributo determinante para o desenvolvimento do concelho, promovendo consensos e apresentando soluções que marcaram positivamente a vida das pessoas. O mesmo sucede com o Bloco de Esquerda, representado há 20 anos na Assembleia Municipal, e com o PAN e LIVRE que em cada momento apresentaram ideias e propostas relevantes para o concelho. De facto, o domínio social-democrata na gestão do executivo municipal tem sido quase absoluto, não se vislumbrando, durante todo este período, uma real capacidade para inovar, para efetivamente dar resposta eficaz às necessidades da nossa cidade/concelho nos diferentes sectores/domínios essenciais ao desenvolvimento de qualquer comunidade, assistindo-se inclusivamente à degradação de múltiplos indicadores, em particular no plano social. É tempo de mudar, a alternativa política é fundamental para qualquer democracia, pois promove renovação de ideias e políticas públicas, e todos sabemos que Ponta Delgada bem precisa.

É assim com este espírito, de missão e esperança, e a certeza de que a alternativa será possível através da união de esforços, que esta coligação do Partido Socialista, Bloco de Esquerda, PAN e LIVRE, se apresenta ao eleitorado. Com propostas que visam resolver situações mais imediatas e um conjunto de medidas com projeção futura, este programa eleitoral pretende refletir a forte convicção da equipa liderada por Isabel Almeida Rodrigues para, acima de tudo, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e o desenvolvimento sustentado de cada uma das 24 freguesias deste concelho.

Acreditamos que Ponta Delgada, pela sua história e dimensão no contexto regional, precisa de muito melhor, e assim estabelecemos um conjunto de compromissos para alcançar este objetivo.

No dia 12 de outubro de 2025 estaremos Todos Unidos por Ponta Delgada!

1.º COMPROMISSO: AS PESSOAS

A dignidade humana e o bem-estar das pessoas são princípios chave do estado social, dos quais a coligação Unidos por Ponta Delgada, não pode abdicar. Com efeito, só garantindo os direitos sociais de todas as pessoas, nomeadamente uma saúde pública de qualidade, educação que promova igualdade de acesso e sucesso educativo, habitação condigna, melhor emprego e mais cultura se poderá ambicionar viver melhor no nosso concelho.

Para a coligação, as políticas sociais no concelho devem alicerçar-se numa lógica estratégica integrada e colaborativa, que encontre soluções para os problemas com que nos vemos confrontados diariamente de forma crescente.

1.1. Parcerias entre órgãos de poder local e Organizações de Economia Social e Solidária (OESS)

Os órgãos de poder local desempenham um papel fundamental no desenvolvimento dos territórios, pela sua proximidade com as comunidades e os cidadãos que lhes permite identificar necessidades locais com maior precisão; apoiar iniciativas de base comunitária (e.g., cooperativas, associações e projetos de empreendedorismo social); fomentar a colaboração entre setor público, social e sociedade civil; e canalizar recursos/incentivos para projetos progressistas que promovam a inclusão, a sustentabilidade e o bem-estar social.

A articulação dos órgãos do poder local com as Organizações de Economia Social e Solidária (OESS), associações de desenvolvimento local e outras organizações da sociedade civil deve realmente funcionar como uma aliança estratégica para enfrentar desafios sociais, promover o desenvolvimento comunitário e implementar políticas públicas de forma mais eficiente e participativa. Conscientes desta premissa, consideramos que o Município deverá identificar novos parceiros e potenciar ações conjuntas já existentes, através de:

- ✓ Cooperação técnica e financeira;
- ✓ Desenvolvimento de projetos conjuntos, potenciando o desenvolvimento de parcerias;

As parcerias entre órgãos de poder local e as OESS trazem benefícios concretos para as comunidades, especialmente se bem estruturadas e sustentáveis, nomeadamente:

- ✓ Respostas mais eficientes às necessidades locais;
- ✓ Fortalecimento da coesão social;
- ✓ Promoção da inovação e criatividade;
- ✓ Melhor uso dos recursos públicos;
- ✓ Empoderamento comunitário.

1.2. Políticas sociais e de saúde

1.2.1. Políticas sociais

As políticas sociais do município devem ser orientadas para a promoção da inclusão, da coesão comunitária e da melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos, com especial atenção aos mais vulneráveis. É incontornável reconhecer a realidade do consumo de droga e da mendicidade associada, pelo que se impõe uma resposta integrada que una prevenção, tratamento e reinserção social. A população sem abrigo merece uma intervenção firme e humana, através de programas que assegurem acolhimento digno, acompanhamento social e oportunidades reais de reintegração. A habitação será também uma prioridade central, com políticas que garantam acesso a soluções condignas e acessíveis, quer para famílias em risco, quer para jovens em início de vida autónoma. Propomos ainda reforçar os apoios às famílias em situação de fragilidade económica, garantir respostas adequadas para idosos e investir em programas para a juventude, sempre com uma estratégia que promova igualdade, integração e solidariedade. O objetivo é construir um concelho mais justo, inclusivo e resiliente, onde ninguém fique para trás.

1.2.2. Políticas de Saúde

A saúde deve ser encarada como um direito fundamental e uma prioridade estratégica do município, garantindo a proximidade, a prevenção e a qualidade dos cuidados prestados. Defendemos o reforço da articulação entre autarquia, unidades de saúde e instituições sociais, de forma a assegurar respostas rápidas e humanizadas. É fundamental apostar em programas de prevenção e promoção de estilos de vida saudáveis, combatendo problemas como o consumo de drogas, o alcoolismo e outras dependências, mas também incentivando a prática regular de exercício físico e a alimentação equilibrada. Daremos especial atenção à saúde mental, através da criação de respostas locais acessíveis e de campanhas de sensibilização, bem como ao apoio aos idosos e pessoas com doenças crónicas, assegurando serviços de acompanhamento e cuidados domiciliários. Pretendemos ainda melhorar a cobertura de cuidados de saúde primários, incluindo a valorização das equipas de proximidade e o recurso a unidades móveis para chegar às populações mais isoladas. O objetivo é construir um concelho saudável, inclusivo e preparado para responder aos desafios de hoje e de amanhã.

1.2.3. Saúde mental e bem-estar

A saúde mental é um direito básico para o bem-estar do ser humano, que se traduz na capacidade de o indivíduo se relacionar e lidar com os desafios normais da vida. Os problemas de saúde mental estão muitas vezes associados a situações de desemprego, sem teto/sem abrigo e consumo de álcool e drogas. Um novo e gravíssimo problema é o do tráfico e consumo das chamadas drogas sintéticas, que destroem a saúde física e mental dos consumidores e representam um desafio acrescido de regulação e aplicação da lei pelo Estado. Os Açores estão entre as regiões do país que apresentam maiores prevalências de consumos, um flagelo que tem impacto na comunidade, tendo de ser encarado como um problema social e de saúde pública. Para a integração socioprofissional de toxicodependentes e outros públicos mais vulneráveis (e.g., vítimas de violência doméstica, sem abrigo, desempregados de longa duração) é imperativo que a Câmara Municipal de Ponta Delgada desenvolva um conjunto de políticas colaborativas com outros organismos/entidades (e.g., Instituto de Segurança Social dos Açores, Unidades de Saúde de Ilha de São Miguel, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Centro de Qualificação e Emprego).

Consideramos essencial promover o bem-estar físico e mental da população, assegurando acesso a serviços de saúde, emprego e reforçando o apoio a quem vive em maior vulnerabilidade.

Propostas:

- ✓ Criação de um gabinete municipal de apoio social de emergência para casos urgentes (i.e., sem-abrigo, violência doméstica, ruturas familiares e toxicodependência);
- ✓ Extensão dos gabinetes móveis de apoio psicológico às freguesias com menor acesso a estruturas fixas;
- ✓ Parcerias com instituições sociais para programas de apoio domiciliário e atividades comunitárias para idosos, em particular no combate ao isolamento indesejado;
- ✓ Reforço dos programas de apoio alimentar e de habitação temporária para situações de emergência social;
- ✓ Apoio a campanhas de sensibilização sobre literacia em saúde mental, dependências e comportamentos de risco em escolas e espaços comunitários;
- ✓ Criação de protocolos com entidades de saúde e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) para resposta coordenada a situações de violência doméstica, integrando prevenção, proteção, e reabilitação da vítima;



- ✓ Reforço da atuação em zonas de maior vulnerabilidade ao consumo de drogas, com programas conjuntos de reinserção e prevenção;
- ✓ Reforço de Equipas sócio sanitárias de Rua;
- ✓ Reforço das Equipas de Distribuição de Material de Consumo;
- ✓ Criação de salas de consumo assistido;
- ✓ Aumento do nº de camas em *Drop-In*;
- ✓ Melhorar a articulação com o Centro de Qualificação e Emprego, as IPSS e empresas do sector privado, para integração socioprofissional de públicos mais vulneráveis;
- ✓ Expansão dos serviços domiciliários e cuidados de longa duração;
- ✓ Disponibilização de transporte social gratuito para acesso a consultas, serviços públicos e centros comunitários em freguesias periféricas;
- ✓ Instalação de postos de primeiros socorros acessíveis, assim como disponibilização de cursos de primeiros socorros à população;
- ✓ Levantamento e registo dos cuidadores informais e promoção de ações de formação de cuidadores formais e informais.

1.2.4. Apoio ao envelhecimento ativo

A população do concelho está cada vez mais envelhecida e, conseqüentemente, com mais pessoas dependentes, em situação de isolamento social ou solidão, e com maiores necessidades dos serviços de saúde.

Ponta Delgada precisa de um plano de envelhecimento ativo.

Propostas:

- ✓ Criar e dinamizar programas regulares de atividade física para seniores em todas as freguesias;
- ✓ Promover caminhadas orientadas, hidroginástica, ginástica suave e dança social, como ferramentas de combate ao sedentarismo e solidão;
- ✓ Formar técnicos para trabalhar com esta faixa etária, promovendo o bem-estar físico, mental e social dos idosos;
- ✓ Fomentar a prestação de cuidados primários à população sénior;
- ✓ Promover a saúde preventiva, nomeadamente através de rastreios domiciliários;
- ✓ Incentivar o voluntariado sénior valorizando a sabedoria e experiência dos idosos;
- ✓ Desenvolver programas intergeracionais para diminuir o isolamento e promover a coesão;

- ✓ Estabelecer parcerias para assegurar o apoio a pessoas com deficiência, idosos ou migrantes (e.g., transporte adaptado, cuidados ao domicílio ou mediação intercultural).

1.3. Habitação e Urbanismo

A habitação é um direito fundamental.

O acesso à habitação, quer para aquisição, quer para arrendamento é cada vez mais difícil pelo agravamento dos preços em consequência da inflação e da especulação imobiliária, sendo Ponta Delgada uma das cidades do país onde o preço da habitação por m² é mais elevado e um concelho com uma taxa de habitação pública muito reduzida.

É nossa prioridade garantir acesso a habitação condigna, promover a reabilitação urbana, o planeamento sustentável do território e uma aposta forte na habitação pública.

A habitação a preços acessíveis deve servir não só quem tem maiores carências económicas, mas também os jovens e a classe média que não consegue aceder ao mercado.

Propostas:

- ✓ Habitação Ponta Delgada 2025 – uma abordagem integrada para o Urbano e o Rural através de uma constante monitorização e diagnóstico;
- ✓ Concluir a Revisão do PDM e a construção da Carta Municipal de Habitação como documentos estruturantes do desenvolvimento do Concelho;
- ✓ Realizar um levantamento exaustivo das necessidades habitacionais e das habitações devolutas ou subutilizadas em todas as freguesias;
- ✓ Monitorizar a acessibilidade dos preços da habitação (compra e arrendamento) a nível municipal e, sempre que possível, por freguesia;
- ✓ Reforçar o parque público habitacional municipal, recorrendo à construção nova em terrenos municipais e à reabilitação de imóveis próprios;
- ✓ Aumentar a oferta de habitação a preços acessíveis, incentivando a criação de cooperativas de habitação e projetos de construção a custos controlados;
- ✓ Disponibilizar terrenos municipais por valores reduzidos, ou conceder o uso de terrenos por um período prolongado, mantendo a propriedade pública, para cooperativas e projetos de construção a custos controlados;
- ✓ Reduzir burocracia e apoiar o processo de licenciamento para cooperativas e projetos de construção a custos controlados;
- ✓ Reduzir as taxas municipais para construção ou reabilitação a custos controlados;



- ✓ Implementar uma plataforma digital para centralizar informação sobre apoios e ofertas habitacionais existentes no concelho, facilitando o acesso a promotores e cidadãos;
- ✓ Otimizar a captação de fundos europeus e nacionais para projetos de habitação, reabilitação, eficiência energética e inclusão social;
- ✓ Colaborar ativamente com os Governos regional e central, assim como bancos de fomento, na criação de instrumentos financeiros adaptados às necessidades das famílias e no acesso a crédito bonificado para projetos de habitação acessível;
- ✓ Mapear, diagnosticar e reduzir a pressão habitacional em zonas de elevada pressão urbanística devido a unidades de arrendamento de curta duração (Alojamento Local), para proteger a oferta de arrendamento de longa duração para residentes;
- ✓ Implementar mecanismos de zonamento inclusivo, através da imposição de quotas mínimas de fogos/área de superfície de pavimento reservada ao arrendamento acessível (ou habitação pública) em empreendimentos classificados como grandes operações urbanísticas, garantindo diversidade de tipologias e igualdade de acesso a espaços comuns.
- ✓ Criar mecanismos para promover a requalificação imobiliária em colaboração com os proprietários dos imóveis nos núcleos urbanos, com a contrapartida de os imóveis serem colocados no mercado de arrendamento de longa duração;
- ✓ Promover densidades adequadas e usos mistos para otimizar infraestruturas e serviços, para criar bairros socialmente e economicamente diversos;
- ✓ Aumentar a oferta de residências para estudantes, para além das atualmente previstas, explorando modelos inovadores, como o alojamento de estudantes em casas de idosos;
- ✓ Incentivar a recuperação de imóveis devolutos ou subutilizados nas zonas rurais para colocação no mercado de arrendamento de longa duração ou venda acessível, contrariando o abandono e o declínio demográfico;
- ✓ Proceder à limitação e ordenamento do alojamento local, nomeadamente através da restrição de conversão de apartamentos em AL, para garantir habitação acessível aos residentes;

1.4. Mobilidade e Transportes

A mobilidade e os transportes assumem um papel preponderante para a qualidade de vida, a coesão social e o desenvolvimento económico. A rede pública de transportes precisa ser adaptada à realidade local. Melhorar a ligação entre freguesias e entre estas e a cidade, com

frequências e horários eficazes, é crucial para garantir mais emprego, mais ensino, mais cultura para todas as 24 freguesias.

Propostas:

- ✓ Reestruturar a rede de transportes e implementar o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável que deverá incluir:
 - A construção de dois novos terminais rodoviários (poente e nascente) e rede de *shuttles* elétricos;
 - A promoção de um sistema de transportes públicos gratuitos nas deslocações dentro do concelho para os residentes;
 - Expansão à grande malha urbana de Ponta Delgada (Livramento, São Roque, Fajã de Baixo, Fajã de Cima, Arrifes e Relva), e ao aeroporto;
 - Reestruturação da rede de minibus no centro urbano, otimizando horários, trajetos, e frequência de passagem;
- ✓ Eliminar as barreiras arquitetónicas que persistem nas cidades, que dificultam a inclusão, inviabilizam o acesso aos transportes públicos e uma cidadania ativa:
 - Ceder a gestão de transportes à Associação de Municípios de São Miguel, garantindo interoperabilidade e bilhética única e passes integrados, numa perspetiva de serem tendencialmente gratuitos;
 - Reestruturação das linhas de autocarro entre freguesias e o centro de Ponta Delgada, melhorando tempos e horários;
 - Criação de uma aplicação digital com horários em tempo real para a rede de minibus e autocarros;
 - Inclusão dos horários dos transportes públicos nas plataformas digitais mais utilizadas como o *Google Maps*;
 - Criação de corredores dedicados a transportes públicos, sempre que possível, em zonas de maior tráfego;
 - Estudo da implementação de transportes públicos noturnos, com horários adaptados à população ativa e ao sector do turismo;
- ✓ Promoção da Mobilidade Leve e reforço da infraestrutura:
 - Expandir rede de ciclovias segundo o conceito de vias de mobilidade;
 - Criar *Bike Points* nas 24 freguesias e lançar o programa *U-Bike* Ponta Delgada, em parceria com a Universidade dos Açores;

- Promoção de transportes partilhados e elétricos com parcerias com operadores privados;
- Instituir um dia por mês sem carros no centro de PDL, disponibilizando transportes gratuitos;
- Criação de rede de locais para estacionamento de bicicletas, com ênfase nos serviços públicos, escolas, novos terminais de transportes e estabelecimentos privados na malha urbana com afluência alta;
- Regulamentação da utilização das trotinetes;
- ✓ Rever o modelo de gestão do estacionamento público:
 - Garantir acessibilidade e equilíbrio com a dinamização do comércio tradicional;
 - Modernizar o sistema de estacionamento urbano com sensores, tarifários inteligentes e simplificação de gestão;
- ✓ Intervenção na Rede Viária:
 - Requalificar e prolongar a Avenida D. João III, potenciando o desenvolvimento do Eixo Norte-Sul (Av. João Bosco Mota Amaral - Fenais da Luz) assegurando a correta integração na restante rede de transportes e de mobilidade leve;
 - Assegurar a eficiência, segurança e manutenção da atual rede viária do concelho, com plano faseado de intervenções;
 - Retirar progressivamente o fluxo de transportes pesados do centro da cidade, promovendo rotas alternativas;
 - Promover intervenção nas vias e alteração dos projetos de intervenção em curso no sentido de promoção da pedonalidade e mobilidade leve, acessibilidade a todos e espaços verdes e redução da sinistralidade, de acordo com as boas práticas técnicas de desenho de ruas;
 - Avaliar a rede viária em malha urbana, no sentido de promover alterações à circulação que permitam o filtro de modalidades de transporte e reduzam o trânsito atravessante em ruas residenciais e de comércio;
 - Reduzir os limites de velocidade de circulação automóvel dentro das localidades, com o objetivo de priorizar a segurança rodoviária e a vida de utilizadores vulneráveis da via (Circulação em zonas urbanas com limite 30 km/h e bairros residenciais “zonas 20”).

1.5. Segurança e Prevenção

A segurança é um fator da maior importância para a qualidade de vida da população. Queremos melhorar a segurança e a sua perceção com uma abordagem preventiva, comunitária e interinstitucional.

Propostas:

- ✓ Reforçar a iluminação pública em zonas críticas de insegurança (e.g., parques, zonas residenciais, zonas industriais e comerciais);
- ✓ Reforçar e modernizar os meios da Polícia Municipal, promovendo ações de proximidade e alargando a sua atuação às 24 freguesias, com patrulhamento preventivo e presença em eventos locais;
- ✓ Requalificar os espaços devolutos em zonas de maior risco e promover a sua utilização para fins sociais (e.g., ocupação cultural ou desportiva);
- ✓ Apoiar e promover nas escolas campanhas de sensibilização para a segurança digital e contra a violência doméstica, a violência no namoro e o *bullying*;
- ✓ Criar gabinetes móveis de apoio psicológico e jurídico em territórios de baixa densidade;
- ✓ Reforçar a fiscalização e adotar medidas dissuasoras para evitar o consumo de álcool e substâncias ilícitas em espaços públicos sensíveis como parques e zonas escolares;
- ✓ Atualizar o Plano Municipal de Proteção Civil, com protocolos claros de atuação e articulação com bombeiros e freguesias;
- ✓ Estabelecer protocolo com a Associação de Bombeiros de Ponta Delgada para a criação de equipas de primeira intervenção;
- ✓ Garantir formação contínua e fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI's) aos operacionais;
- ✓ Reforçar a cooperação logística com a secção dos Ginetes e as infraestruturas de apoio à proteção civil descentralizada;
- ✓ Promover a segurança, um policiamento mais interventivo, e melhorar a imagem no centro de Ponta Delgada através da aquisição de bicicletas destinadas à Polícia Municipal.

1.6. Educação e emprego

A educação e a formação são condição *sine qua non* para o desenvolvimento de qualquer região, independentemente dos contextos e ciclos económicos com que se deparam. Por isso,

umentar o nível de qualificações e ampliar a formação e certificação profissional é fundamental para melhorar a vida das pessoas e das comunidades.

Do ponto de vista educativo, é essencial reforçar as parcerias com as creches, escolas, centros de formação profissional e Universidade dos Açores. Relativamente ao emprego, será necessário envolver todo o tecido empresarial e atender às necessidades laborais específicas da cidade, mas igualmente considerar as idiosincrasias de todas as freguesias do concelho. É sabido que as baixas qualificações estão associadas a maiores índices de pobreza e, conseqüentemente, a uma maior vulnerabilidade a fenómenos de toxicodependência e sem abrigo. A aposta na Educação e pleno emprego é assim fundamental para o bem-estar social e emancipação dos cidadãos

Propostas:

- ✓ Atualizar e aplicar a Carta Educativa de Ponta Delgada, requalificando a rede de ATL e espaços lúdicos escolares;
- ✓ Colaborar com o Governo Regional e com a comunidade escolar no desenvolvimento de projetos de prevenção e combate ao absentismo/abandono escolar, à iliteracia e em programas de apoio escolar, mentorias e atividades extracurriculares;
- ✓ Desenvolver projetos de inclusão digital para crianças e jovens que garantam o acesso a equipamentos, internet e plataformas digitais a alunos e professores;
- ✓ Coadjuvar as escolas na conceção de planos de ação digital, com ênfase na formação em literacia digital, destinada a pais, alunos e professores;
- ✓ Atribuir bolsas de estudo para o Ensino Superior, com critério misto de mérito e apoio socioeconómico, assegurando pelo menos uma bolsa por freguesia;
- ✓ Colaborar com a Universidade dos Açores na criação de um programa de acolhimento a estudantes, reforçando o seu papel no desenvolvimento local;
- ✓ Apoiar projetos que promovam a formação profissional e apoio ao autoemprego, com foco em grupos em risco de exclusão, através de espaços, financiamento e ligação a redes locais;
- ✓ Apostar, juntamente com os diferentes intervenientes, em cursos de formação de curta duração e requalificação profissional em setores emergentes (e.g., turismo sustentável, economia azul, agroindústria);
- ✓ Apoiar o empreendedorismo local: incubadoras para *start-ups*, especialmente ligadas a tecnologia “verde” e turismo inteligente;
- ✓ Promover programas que capacitem jovens e adultos em risco de exclusão;



- ✓ Organizar semestralmente uma feira de emprego concelhia;
- ✓ Reforçar os apoios a trabalhadores por turnos com crianças ou adultos dependentes, nomeadamente com o alargamento do horário da rede ATL.

1.7. Juventude, talento e negócio local

O desenvolvimento de talento e a criação de negócios locais são pilares centrais para o futuro de Ponta Delgada. Ao estimular o espírito empreendedor, sobretudo entre os mais jovens, o concelho ganha novas ferramentas para fixar população, combater a fuga de cérebros e reforçar a sua competitividade. Apostar no empreendedorismo não é apenas uma estratégia económica: é também uma forma de fortalecer a coesão social, gerar oportunidades inovadoras e criar orgulho comunitário. Através da ligação entre jovens, empresas, ensino e instituições locais, pretende-se construir um ecossistema dinâmico, capaz de valorizar recursos existentes, atrair investimento e projetar Ponta Delgada como um território moderno, atrativo e inovador.

Propostas:

- ✓ Implementar um percurso estruturado de apoio ao empreendedorismo jovem, capacitando-os para criarem o seu próprio emprego e fixar talento no concelho;
- ✓ Dinamizar a economia local através da criação de novos negócios enraizados em Ponta Delgada;
- ✓ Promover sessões de cocriação e partilha entre jovens empreendedores e PME locais, incentivando a resolução de desafios reais;
- ✓ Reforçar a integração do talento jovem no tecido económico concelhio;
- ✓ Desenvolver um ecossistema de inovação que ligue talento, empresas, ensino e comunidade;
- ✓ Criar uma plataforma digital de conexão e visibilidade que mapeie talentos, negócios, desafios e oportunidades de colaboração;
- ✓ Instituir um Conselho Local de Inovação com representantes da educação, indústria, juventude e setor público, para definir prioridades e coordenar esforços;
- ✓ Lançar desafios de inovação em áreas estratégicas como sustentabilidade, turismo e energia, promovendo a participação de jovens em ciclos curtos de inovação;
- ✓ Promover eventos regulares de partilha e *networking*, como *pitch nights*, *demodays*, painéis empresariais e encontros informais;
- ✓ Consolidar a atratividade de Ponta Delgada como território inovador, capaz de reter jovens e reforçar a competitividade das empresas locais.

1.8. Ambiente, transição ecológica e resiliência climática

A crise climática deixou de ser uma ameaça distante para se tornar uma realidade presente, com impactos visíveis na vida quotidiana das pessoas, nos ecossistemas e na economia. O concelho de Ponta Delgada, como maior território da Região Autónoma dos Açores, tem não somente responsabilidades acrescidas, como também uma oportunidade única: ser um exemplo de liderança na ação climática na Região.

As alterações climáticas estão a intensificar fenómenos extremos como chuvas torrenciais, secas, risco de galgamentos costeiros, deslizamentos de terras e perda de biodiversidade — todos identificados no Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) aprovado em 2024. Estes riscos afetam o nosso território e, por isso, também a nossa qualidade de vida, a saúde pública, a agricultura, a habitação, o ordenamento urbano e o turismo.

A resposta a este cenário não pode ser tímida, técnica ou simbólica. É preciso um compromisso político firme, transformador e participativo, alinhado com os grandes compromissos globais assumidos por Portugal no Acordo de Paris, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, e com os desafios específicos da ultraperiferia insular açoriana.

Queremos fazer de Ponta Delgada um território-resposta às alterações climáticas, tendo como principais desígnios a aposta: (i) na transição energética justa, com eficiência, produção renovável e mobilidade elétrica acessível; (ii) na renaturalização urbana, aumento de zonas verdes com espécies endémicas e proteção da biodiversidade; (iii) na resiliência hídrica, com soluções naturais como cisternas agrícolas e bebedouros urbanos; (iv) na economia circular, com mais ecopontos melhor recolha seletiva e compostagem e (v) numa governação climática democrática, com educação ambiental e participação cidadã.

1.8.1. Energia e Mobilidade Sustentável

Propostas:

- ✓ Elaborar e implementar uma Estratégia Local para a Eficiência Energética;
- ✓ Apostar na eficiência energética dos edifícios municipais e habitações sociais;
- ✓ Criar um balcão de informação municipal sobre soluções específicas para a microgeração, organização e apoio às comunidades energéticas;
- ✓ Instalar pontos de carregamento para bicicletas elétricas;
- ✓ Pontos de Carregamento para Veículos Elétricos em todas as Freguesias do Concelho:
 - Instalar pelo menos 3 pontos de carregamento público em cada freguesia do concelho, com prioridade às de maior tráfego;

- Instalar pontos de carregamento para veículos elétricos em instituições públicas do concelho, como a Universidade dos Açores;
- ✓ Criar uma Rede Municipal de Mobilidade Elétrica:
 - Transição dos veículos do município para elétricos, com postos de carregamento alimentados por energia renovável;
- ✓ Estratégia de promoção da produção descentralizada de energia elétrica:
 - Programa para instalação de painéis fotovoltaicos em escolas, juntas de freguesia e outras infraestruturas de âmbito municipal;
 - Integrar sistemas solares térmicos nos equipamentos do município onde se consome uma elevada quantidade de água quente, nomeadamente escolas do 1º ciclo, pavilhões desportivos, quartéis de bombeiros ou piscinas;
 - Promover as Comunidades de Energia Renovável (CER) no município, através de ações de formação às comunidades, redução de burocracia e outros incentivos;
 - Promover a introdução de coberturas solares por privados em zonas de parque de superfície de zonas comerciais/industriais novas e existentes;
- ✓ Substituição de iluminação pública por LED com orientação e intensidades controladas:
 - Luzes que emitem menos radiação no espectro azul que é o mais atrativo e desorientador para aves noturnas.
 - Luzes com controlo da intensidade automática, especialmente em horários noturnos de menor uso.
 - Apagões noturnos programados em áreas sensíveis para a proteção da avifauna.

1.8.2. Biodiversidade e Gestão Sustentável da Água

O município deve assumir um compromisso firme com a proteção do ambiente, a valorização da biodiversidade e a gestão sustentável da água, assegurando a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. Defendemos uma estratégia integrada que promova a redução da pegada ecológica, a eficiência energética e a aposta em energias limpas, aliada a políticas de mobilidade sustentável e gestão adequada dos resíduos. A proteção da biodiversidade local exige a recuperação e valorização de ecossistemas, a criação de corredores verdes e o incentivo a práticas agrícolas sustentáveis. Quanto à água, recurso vital e cada vez mais escasso, propomos a implementação de medidas de poupança e reutilização, a modernização das infraestruturas de abastecimento e saneamento, bem como campanhas de sensibilização junto da comunidade. O objetivo é tornar o concelho um território resiliente, equilibrado e exemplar na defesa ambiental.

Propostas:

- ✓ Colocar letreiros ou painéis eletrónicos e interativos nos principais pontos turísticos apelando ao respeito pela fauna e flora e indicando penalizações para os incumpridores.
- ✓ Melhorar o tratamento de águas residuais;
- ✓ Assumir o compromisso pela não utilização de glifosato, declarando o território como "Autarquia Sem Glifosato e outras aplicações generalizadas de herbicidas programadas", privilegiando soluções mais naturais;
- ✓ Elaborar e cumprir um Plano de Ação Local para a Biodiversidade, considerando os objetivos definidos pela Convenção sobre a Diversidade Biológica;
- ✓ Reforçar a monitorização e fiscalização de descargas ilegais de efluentes;
- ✓ Apoiar o desenvolvimento de projetos comunitários inovadores, como 'Repair Cafés' e 'Bibliotecas de Coisas', que promovam a reparação, reutilização e partilha de equipamentos, alargando o seu tempo de vida útil, bem como o reforço do sentimento de comunidade através da partilha de conhecimentos e experiências;
- ✓ Criar uma rede municipal de cisternas de recolha de águas pluviais para limpeza urbana e rega de espaços verdes.
- ✓ Investir num projeto piloto que assegure a utilização de materiais porosos (eventualmente reciclados) no asfaltamento das estradas do concelho com vista à tão necessária percolação, não só para manutenção de lençóis freáticos, como para retardar cheias;
- ✓ Promover a realização de projetos de conservação e de restauro dos ecossistemas, que envolva a comunidade educativa e universitária, na proteção da natureza;
- ✓ Renaturalizar e restaurar áreas degradadas e muitas vezes abandonadas
- ✓ Assegurar que a gestão e manutenção do arvoredo urbano será feita por profissionais especializados, de forma correta e regular, no âmbito de um regulamento municipal de proteção do arvoredo;
- ✓ Incluir nos planos de arborização do território local espécies de frutos comestíveis (laranjas);
- ✓ Dotar os pontos de paragem dos transportes públicos de painéis de aviso de chegada/partida.
- ✓ Criar a figura dos vigilantes municipais da natureza;
- ✓ Promover nas escolas do 1.º ciclo do concelho a criação de pomares, hortas e jardins, integrando casas para pássaros e dotando os espaços de ecopontos e compostores, de

forma a fomentar nas crianças a relação com os ritmos da natureza, dos animais e a consciência ambiental;

- ✓ Implementar o Plano Municipal de Restauro Ecológico com Prioridade às Espécies Nativas e Endémicas dos Açores:
 - Estabelecer critérios obrigatórios de ajardinamento que privilegiem a flora autóctone para espaços públicos, rotundas, taludes e outras zonas geridas pelo Município;
 - Desenvolver "corredores verdes", ligando parques, jardins e áreas naturais, reforçando a conectividade ecológica e a biodiversidade urbana;
 - Criar zonas de sombra natural com arborização intensiva em áreas escolares, praças e outros locais com maior exposição solar;
 - Incluir nos planos de arborização do território local espécies de frutos comestíveis;
- ✓ Promoção de Polinizadores e Biodiversidade Funcional:
 - Incentivar práticas amigas dos polinizadores, garantindo a não aplicação de pesticidas em espaços públicos e a manutenção de áreas com vegetação espontânea controlada;
 - Instalar hotéis de insetos e pequenas estruturas de abrigo para polinizadores nos parques urbanos e outros espaços públicos do concelho;
- ✓ Combate às espécies invasoras:
 - Lançar campanhas de sensibilização locais sobre o impacto das plantas invasoras;
 - Formar os operacionais e técnicos da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia sobre identificação das espécies invasoras e respetivos métodos de controlo e erradicação.
 - Incentivos à agricultura biológica e criação de hortas e pomares comunitários
 - Promover a partilha de conhecimentos, sementes e outros produtos e materiais entre os criadores/utilizadores de hortas urbanas individuais e comunitárias;

1.8.3. Economia Circular e Resíduos

Propostas:

- ✓ Melhorar a rede de ecopontos, nomeadamente nas freguesias mais rurais e dispersas, garantindo que todos os residentes tenham fácil acesso à separação de resíduos;

- ✓ Alargar progressivamente a todo o concelho a recolha seletiva de resíduos porta-a-porta (papel, plástico e metal, vidro e indiferenciados)
- ✓ Criar o programa "Compostar é Ganhar", com distribuição gratuita de compostores domésticos e comunitários com instruções de utilização;
- ✓ Alterar a tarifa de gestão de resíduos, desafetando-a do consumo de água e aplicando o princípio do "utilizador-pagador";
- ✓ Instalar bebedouros de acessibilidade universal (incluindo animais) em áreas de sombra, pontos de descanso e zonas pedonais, e ainda junto a parques infantis e escolas;
- ✓ Reforçar a remoção dos resíduos indevidamente depositados, garantindo o seu devido encaminhamento e tratamento;
- ✓ Promover programas de recolha do lixo marinho e deposição de resíduos, nomeadamente através da colocação de eco-ilhas nas praias e nas marinas.

1.9. Desporto

Pretendemos valorizar o desporto como fator de coesão social, promoção da saúde, desenvolvimento dos jovens e afirmação do concelho de Ponta Delgada como território de excelência desportiva. Os seus principais objetivos visam: (i) a democratização do acesso ao desporto; (ii) a valorização do movimento associativo local; (iii) a promoção do desenvolvimento motor das crianças; e (iv) o fomento de um estilo de vida ativo, inclusivo e sustentável.

1.9.1. Apoio ao Movimento Associativo Desportivo (MAD)

Propostas:

- ✓ Rever e atualizar o documento orientador de atribuição de apoios, adequando-o às novas necessidades do movimento associativo e aos desafios atuais e futuros.

1.9.2. Infraestruturas Desportivas

Propostas:

- ✓ Construir uma piscina de 50 metros, destinada ao treino e competição da natação e outras atividades aquáticas;
- ✓ Construir instalações desportivas cobertas de proximidade, especialmente nas freguesias com menos oferta desportiva;



- ✓ Construir um campo de futebol de 11, com todas as condições regulamentares para a prática de futebol em contexto de treino e competição, ao serviço dos clubes e das seleções concelhias;
- ✓ Apoiar financeiramente e logisticamente as entidades que queiram construir ou requalificar as suas instalações desportivas;
- ✓ Celebrar protocolos de cedência de instalações com entidades públicas e privadas para aumentar a oferta de espaços para treino e competição.

1.9.3. Valorização dos Agentes Desportivos

Propostas:

- ✓ Apoiar a formação contínua de treinadores, dirigentes e outros agentes não praticantes;
- ✓ Promover e apoiar a organização e participação em eventos desportivos de âmbito local, regional e nacional.

1.9.4. Fomento da Literacia Motora em Crianças e Jovens

Propostas:

- ✓ Dotar os recreios das escolas do 1.º ciclo com equipamentos e espaços que incentivem o desenvolvimento motor através do jogo ativo e livre;
- ✓ Implementar ações de formação e sensibilização para as comunidades educativas sobre a importância do brincar ativo na infância;
- ✓ Desenvolver um estudo de condição física infantil e um programa de prevenção da obesidade juvenil;
- ✓ Criar, nas 24 freguesias do concelho, espaços públicos de destreza e coordenação motora, acessíveis a todas as crianças e jovens.

1.9.5. Atividade Física e Desportiva para Todos

Promover a prática desportiva informal e de proximidade.

Propostas:

- ✓ Criar ciclovias seguras e interligadas;
- ✓ Instalar espaços informais de prática desportiva e de estações de atividade física ao ar livre;

- ✓ Desenvolver ações de sensibilização, consubstanciadas no Livro Verde de Atividade Física, para a adoção de um estilo de vida ativo e saudável, dirigidas à população de todas as idades;
- ✓ Promover um programa municipal de atividade física, com ações regulares, gratuitas e adaptadas a todas as idades, a decorrer em todas as freguesias. Este programa deverá tirar partido dos equipamentos desportivos e espaços públicos municipais existentes, promovendo estilos de vida saudáveis, a inclusão social e o combate ao sedentarismo, através da prática de exercício físico acessível e de proximidade;
- ✓ Estimular a realização de eventos desportivos de interesse turístico, com envolvimento do tecido associativo;
- ✓ Promover a criação de um Centro de Alto Rendimento Desportivo no concelho, com infraestruturas para treino e recuperação de atletas, atraindo equipas e seleções em estágio. O centro servirá também o turismo desportivo, aproveitando os recursos naturais e promovendo o concelho como destino para a prática de desporto de excelência, com impacto positivo nas modalidades e economia locais.

2.º COMPROMISSO: DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA COM IMPACTO LOCAL

O desenvolvimento económico deve, acima de tudo, melhorar a qualidade de vida das pessoas - garantindo habitação acessível, emprego local de qualidade e uma cidade segura, verde e atrativa. Em Ponta Delgada, o crescimento só fará sentido se estiver ao serviço da comunidade, criando bem-estar, oportunidades e sustentabilidade.

Para isso, é essencial assegurar:

- i. Mobilidade e serviços modernos, integrados e intermunicipais, geridos com visão estratégica, eficiência e sem duplicação de recursos;
- ii. Uma gestão transparente e próxima, que facilite a vida de todas as pessoas, pequenas empresas e grandes investidores, através de regras claras e processos simples.

É também fundamental valorizar quem investe localmente - seja na indústria, comércio, serviços ou turismo - criando condições justas e estáveis, com incentivos que respeitem o território e as suas especificidades. O futuro de Ponta Delgada passa por reconhecer e potenciar as vocações

únicas de cada freguesia, promovendo um desenvolvimento verdadeiramente equilibrado e inclusivo.

Propostas:

- ✓ Criar um serviço dedicado de acompanhamento técnico e administrativo, com foco na simplificação de processos, agilização de licenciamentos e ligação a programas de financiamento regionais, nacionais e europeus. O objetivo é apoiar quem já investe e atrair novo investimento, especialmente em setores estratégicos para o concelho;
- ✓ Instalar um centro urbano de inovação e empreendedorismo, com apoio à incubação de *startups* e PME, acesso a mentoria, parcerias e programas de internacionalização. Prioridade a projetos nas áreas da economia verde, tecnologia, turismo cultural e produção local, com forte ligação às escolas, universidades e comunidades criativas;
- ✓ Implementar uma política fiscal justa e orientada à criação de emprego;
- ✓ Promover a isenção ou redução temporária de taxas municipais para estabelecimentos comerciais e novos negócios que se instalem em zonas com perda de atividade, contribuindo para a revitalização do tecido urbano e social;
- ✓ Dinamizar a economia local através de um roteiro interativo (via app digital) que destaque produtos regionais, mercados de produtores, artesanato e gastronomia micaelense, incentivando o consumo interno, o turismo sustentável e a valorização dos saberes tradicionais;
- ✓ Incentivar o reaproveitamento de lojas, oficinas e armazéns devolutos, através de programas de apoio a novos negócios, projetos culturais ou espaços de *coworking*, promovendo a reutilização inteligente do edificado urbano e a fixação de jovens empreendedores;
- ✓ Lançar concursos anuais abertos à comunidade para ideias e soluções inovadoras em áreas como a mobilidade sustentável, o ambiente, o património ou a inclusão digital. As propostas vencedoras terão financiamento piloto, reforçando a participação cívica e a inovação orientada à resolução de problemas concretos;
- ✓ Desenvolver um plano integrado para afirmar o concelho como destino de turismo sustentável, com foco na modernização urbana, revitalização de espaços públicos, mobilidade suave e integração de tendências culturais, digitais e ambientais, de forma a criar um turismo que respeite o território e beneficie quem nele vive.
- ✓ Apoiar o desenvolvimento de projetos comunitários inovadores, como ‘*Repair Cafés*’ e ‘*Bibliotecas de Coisas*’, que promovam a reparação, reutilização e partilha de

equipamentos, alargando o seu tempo de vida útil, bem como o reforço do sentimento de comunidade através da partilha de conhecimentos e experiências;

2.1. Turismo e comércio

A cidade e concelho de Ponta Delgada, porta de entrada da nossa Região, afirma-se como destino turístico de excelência pela sua beleza natural, autenticidade cultural e qualidade ambiental. Contudo, os desafios da sazonalidade, da pressão sobre os recursos e da necessidade de maior qualificação da oferta exigem uma visão estratégica, moderna e sustentável. O programa desta coligação entende o turismo como uma oportunidade de desenvolvimento equilibrado, de valorização das comunidades locais e de promoção do território com responsabilidade. Apostar num turismo sustentável, diversificado e inclusivo é essencial para garantir que os benefícios desta atividade cheguem a todos, preservando aquilo que torna Ponta Delgada única. O processo de planeamento e gestão do Turismo depende igualmente da existência de um sistema integrado e de qualidade dos recursos humanos disponíveis no sector. Com efeito, uma das prioridades estratégicas do desenvolvimento turístico dos Açores passa pela requalificação transversal do Turismo, em particular no que toca à formação. Pretende-se consolidar e uniformizar um padrão de qualidade de serviço no concelho de Ponta Delgada, como fator diferenciador dos demais concorrentes. Para a coligação, esta é uma preocupação que deverá ser enquadrada noutras medidas impulsionadoras do Turismo. É neste contexto que apresentamos um conjunto de propostas orientadas para um modelo turístico inovador, justo e resiliente, com impacto positivo na qualidade de vida dos residentes e na experiência de quem nos visita.

2.1.1. Turismo Sustentável e Qualificado

Elaboração de um Plano Estratégico de Turismo Sustentável que regule o crescimento turístico, promovendo o equilíbrio entre o ambiente, o bem-estar local e a economia.

Propostas:

- ✓ Avaliar o número de camas existentes em Ponta Delgada, medir a pressão turística sobre a cidade e rever o PDM para assegurar um crescimento equilibrado, sustentável e compatível com a qualidade de vida dos residentes.
- ✓ Promoção de um código de conduta para visitantes, com campanhas educativas sobre boas práticas turísticas e respeito pelo ambiente e pela comunidade local;
- ✓ Instalação de um ponto de carregamento para viaturas elétricas na praça de táxis;

2.1.2. Valorização do Património Natural e Cultural

Propostas:

- ✓ Criar Roteiros Temáticos (e.g., históricos, religiosos, gastronómicos, natureza, arquitetura) para diversificar a oferta turística para além dos pontos mais visitados;
- ✓ Definir capacidade máxima de visitação diária a todos os pontos onde a pressão turística   mais elevada e dotar estes espaços de vigilância e controlo assegurado por técnicos ambientais e/ou em protocolo com as escolas profissionais no âmbito da realiza o da forma o em contexto real de trabalho por parte dos formandos que frequentem cursos na área do turismo;
- ✓ Reforçar a articula o com o Aeroporto e o Terminal de Cruzeiros, garantindo um acolhimento eficiente e valorizador da experiência turística;
- ✓ Promover e valorizar as tradi oes culturais, produtivas e comerciais locais como eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável, reforçando a identidade das comunidades e dinamizando a economia de base local.
- ✓ Desenvolvimento de iniciativas que estimulem o comércio tradicional, a produ o artesanal e agroalimentar, bem como o turismo de base comunitária, garantindo que os benefícios se distribuam de forma equilibrada e contribuam para a coesão territorial;
- ✓ Afirmar Ponta Delgada como destino para conferências e congressos internacionais nas áreas da ciência, ambiente, cultura e turismo, promovendo infraestruturas e serviços adequados   rece o de eventos.
- ✓ Criar uma iniciativa municipal de transferência e aproveitamento do conhecimento gerado, assegurando que os resultados e recomenda es desses encontros sejam sistematizados, partilhados com a comunidade local e integrem os processos de planeamento e decisão pública, potenciando um desenvolvimento mais informado, participativo e alinhado com as boas práticas internacionais.
- ✓ Modernizar o Mercado da Graça, o mercado mais emblemático da cidade de Ponta Delgada, e transformá-lo num espaço dinâmico, atrativo e multifacetado através do alargamento do horário de funcionamento e da realiza o de atividades inovadoras (e.g., saraus literários, exposi oes de pintura, ateliês de criadores de moda e artesãos locais, espaço destinado a restaura o local em sistema de *finger food*), sem colocar em causa a atividade primária do mercado.

2.1.3. Turismo para Todo o Ano

Propostas:

- ✓ Criar uma agenda anual de eventos culturais e desportivos para combater a sazonalidade (e.g., Festival de Inverno dos Açores, Maratonas e provas de trilhos, Eventos de Música, Cinema e Literatura).
- ✓ Apostar na criação e promoção de eventos culturais ao longo do ano, reforçando a atratividade turística em épocas baixas.

2.1.4. Descentralização da Oferta Turística

Propostas:

- ✓ Promover circuitos e experiências nas freguesias rurais, envolvendo pequenas empresas locais, artesãos e produtores agrícolas;
- ✓ Criar incentivos para investimento turísticos fora do centro urbano, incluindo ecoturismo e turismo rural;

2.1.5. Emprego e Formação no Setor

No setor turístico, o emprego e a formação assumem especial relevância, dado o carácter dinâmico e competitivo desta atividade. A qualidade dos serviços prestados depende, em grande medida, da qualificação dos profissionais, que precisam de estar preparados para lidar com diferentes culturas, tecnologias digitais e novas tendências de consumo. A formação contínua, em áreas como hospitalidade, línguas estrangeiras, sustentabilidade e gestão de experiências, contribui para elevar o nível de excelência do destino turístico, reforçando a sua atratividade. Nesse sentido, investir no desenvolvimento das competências dos trabalhadores não só amplia as oportunidades de emprego, como também fortalece a capacidade do setor de inovar e adaptar-se a um mercado em constante evolução. Além disso, é fundamental garantir uma remuneração justa e condizente com o valor do trabalho prestado, de modo a reconhecer o esforço dos profissionais, atrair novos talentos e assegurar a sustentabilidade do setor a longo prazo.

Propostas:

- ✓ Criar um programa municipal de formação profissional em turismo, em parceria com escolas, Universidade dos Açores, Associações e Empresas Locais.



- ✓ Criar incentivos à contratação local, promovendo o emprego jovem e sénior, com especial enfoque na valorização dos saberes e competências tradicionais, como a gastronomia, o artesanato, o património imaterial e a atividade de guias turísticos;
- ✓ Criar um programa, em parceria com a Universidade dos Açores, para trabalho em *part time* de jovens universitários no setor hoteleiro e da restauração;
- ✓ Estabelecer um protocolo de colaboração com as Associações de Guias Turísticos no Inverno IATA para acompanhamento de visitas aos parques naturais, igrejas e museus do concelho de Ponta Delgada;
- ✓ Promover parcerias com a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada (CCIPD), a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), a Associação para a Valorização Económica dos Açores (AVEA), o Centro de Qualificação dos Açores (CQA) e o Centro de Qualificação e Emprego (CQE), no sentido de satisfazer as necessidades de mão de obra qualificada dos empresários do sector, criando incentivos/regalias à fixação dos trabalhadores deste ramo na cidade de Ponta Delgada (e.g., negociação relativamente aos horários de trabalho, períodos de descanso, tipologia de contratos de trabalho, remunerações; apoios ao transporte e habitação).

2.1.6. Apoio ao Turismo Local e aos Pequenos Negócios

Propostas:

- ✓ Criar um Balcão Municipal do Turismo para apoiar micro e pequenos empresários na regularização, financiamento e promoção dos seus projetos;
- ✓ Criar um manual de captação de investimento turístico, destacando oportunidades sustentáveis e qualificadas por freguesia;
- ✓ Valorizar a economia local com feiras mensais de produtos regionais, artesanato e experiências culturais em parceria com operadores turísticos;
- ✓ Criar uma plataforma digital participativa para recolher sugestões da população sobre o turismo e avaliar o impacto das políticas implementadas.

2.1.7. Parcerias com freguesias e setor privado

Propostas:

- ✓ Envolver empresas, freguesias do concelho, associações culturais e ambientais na definição de políticas locais e integrá-las no Conselho Municipal do Turismo;

- ✓ Apoiar o turismo rural e experiências autênticas em freguesias fora do centro urbano, promovendo a descentralização.

2.1.8. Transição Digital e Verde no Turismo (Modernização e Inovação)

Propostas:

- ✓ Investir em sinalética turística inteligente (e.g., QR Codes em monumentos, mapas digitais e interativos, app municipal multilingue);
- ✓ Criar uma plataforma digital “Descobre Ponta Delgada”, com informações turísticas, reservas, sugestões personalizadas e integração com o comércio local;
- ✓ Criar parcerias com a Universidade dos Açores e com incubadoras locais para criação de soluções tecnológicas aplicadas ao turismo;
- ✓ Apostar em campanhas de promoção e incentivar o uso de meios de transporte sustentáveis (e.g., bicicletas, percursos pedonais, miniautocarros elétricos) em áreas turísticas;
- ✓ Criar incentivos a empresas turísticas verdes, que invistam em práticas ambientalmente responsáveis (i.e., gestão de resíduos, eficiência energética).

2.2. Agricultura

A atividade agrícola é essencial em muitas freguesias rurais, sendo determinante para a fixação da população e manutenção da paisagem. O concelho concentra cerca de 38% da área agrícola de São Miguel, com uma paisagem dominada por pastagens e explorações agrícolas, sendo que a agricultura representa cerca de 5% do emprego local em Ponta Delgada. O investimento municipal neste sector tem sido bastante modesto e assiste-se a uma degradação contínua dos caminhos agrícolas. Os desafios climáticos (e.g., secas severas, chuvas intensas e derrocadas) reivindicam a elaboração de um plano estratégico para o futuro, outro compromisso que esta coligação pretende implementar.

2.2.1. Agricultura como prioridade estratégica

Das 24 freguesias que compõem o concelho, 20 têm forte ligação agrícola. A agricultura é parte essencial da nossa identidade e uma base da economia local. Esta coligação assume a agricultura como eixo estratégico do desenvolvimento territorial e um setor que deve ser ouvido, apoiado e promovido.

Propostas:

- ✓ Colocar a agricultura no centro das decisões políticas locais;
- ✓ Implementar uma gestão participativa, ouvindo sistematicamente os agricultores e as suas organizações;
- ✓ Integrar o setor agrícola nas prioridades do planeamento, do ordenamento e do investimento público;
- ✓ Valorizar a agricultura como fator de coesão social, fixação da população nas freguesias rurais e defesa do património natural.

2.2.2. Mais rendimento para quem produz

Os agricultores enfrentam margens cada vez mais reduzidas, enquanto os custos de produção sobem. O município tem o dever de ser facilitador e aliado, promovendo soluções que assegurem um rendimento justo para quem produz e alimenta a nossa terra.

Propostas:

- ✓ Criar protocolos com instituições públicas e privadas (IPSS, escolas, unidades turísticas, etc.) para aquisição de produtos locais;
- ✓ Apoiar a valorização dos produtos agrícolas através de feiras, campanhas e canais diretos de venda ao consumidor;

2.2.3. Melhoria das Condições de Trabalho Agrícola

A valorização do setor passa por melhores condições para quem nele trabalha. É necessário garantir segurança e apoio técnico próximo.

Propostas:

- ✓ Implementar políticas locais para incentivar a permanência de jovens na agricultura, com medidas de reconhecimento e apoio;
- ✓ Implementar um regime transitório excepcional para simplificar o licenciamento das explorações agrícolas já existentes, garantindo igualdade no acesso aos apoios.

2.2.4. Gabinete de Apoio aos Fundos Comunitários

Muitos agricultores têm dificuldade em aceder aos apoios por falta de informação ou burocracia. Esta é a medida estruturante do nosso compromisso político.

Propostas:

- ✓ Criar um Gabinete Municipal de Apoio aos Agricultores e aos Fundos Comunitários, com técnicos qualificados;
- ✓ Disponibilizar atendimento nas freguesias rurais, em articulação com juntas e associações;
- ✓ Prestar apoio direto na preparação de candidaturas, licenciamento e regularização de explorações;

2.2.5. Caminhos Agrícolas e Abastecimento de Água

Sem acessos e sem água, não há agricultura sustentável.

Propostas:

- ✓ Efetuar o levantamento técnico e participativo das necessidades em caminhos agrícolas de responsabilidade municipal;
- ✓ Implementar um plano plurianual de requalificação, com prioridade às zonas mais degradadas;
- ✓ Criar equipas de manutenção permanente de caminhos e drenagens;
- ✓ Garantir a articulação com o Governo Regional para assegurar o abastecimento de água às explorações, com foco em reservatórios, pontos de água e redes de distribuição;
- ✓ Defender uma política hídrica preventiva, que prepare o concelho para secas e eventos extremos.

2.2.6. Central de Captação, Gestão e Distribuição de Chorumes

A boa gestão dos chorumes é uma questão ambiental, económica e agrícola. Transformar um resíduo num recurso é um passo essencial para uma agricultura moderna e circular.

Propostas:

- ✓ Criar uma central municipal de captação, gestão e distribuição de chorumes agrícolas, em articulação com cooperativas e produtores;
- ✓ Promover o tratamento, armazenamento e valorização técnica dos efluentes pecuários, respeitando critérios agronómicos e ambientais;
- ✓ Criar uma rede de distribuição controlada de chorumes tratados, promovendo a fertilização orgânica e diminuindo o uso de químicos;
- ✓ Reduzir o risco de contaminação dos solos e aquíferos, combatendo também maus odores e práticas de dispersão inadequadas;

- ✓ Integrar esta medida numa estratégia local de economia circular, que liga pecuária, ambiente e regeneração dos solos.

2.2.7. Mercados de Proximidade

Valorizar os mercados locais é criar pontes entre quem produz e quem consome. A agricultura só é sustentável se houver escoamento justo e regular dos produtos.

Propostas:

- ✓ Realização de mercados agrícolas regulares nas freguesias rurais;
- ✓ Apoio logístico e de divulgação para as feiras dos produtores locais;
- ✓ Criação de um circuito curto entre produtores e instituições (cantinas, lares, restauração);
- ✓ Desenvolvimento de uma plataforma digital municipal para facilitar a venda direta.

3.º COMPROMISSO: CULTURA, INOVAÇÃO E ECLETISMO

O acesso à cultura é um direito de todos, um catalisador vital de desenvolvimento e coesão social, bem como um alicerce na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Acreditamos num concelho onde a criação artística se possa encontrar com a cidadania, onde a fruição cultural não está concentrada apenas no centro urbano, mas consiga chegar às freguesias mais distantes, garantindo que seja possível a todos os munícipes, independentemente da idade, condição social ou localização, aceder a bens culturais. Assumimos o compromisso de apoiar os criadores do concelho e valorizar o nosso património material e imaterial, promovendo redes de parceria entre agentes culturais, instituições públicas e privadas. Pretendemos reforçar os apoios à programação artística, e garantir um calendário cultural diverso e qualitativo ao longo do ano, onde queremos afirmar Ponta Delgada como uma referência no calendário nacional.

Ponta Delgada não pode ignorar a contemporaneidade, como não pode omitir as suas raízes tradicionais, sendo que este plano prevê um equilíbrio na consagração destes objetivos, nomeadamente, na requalificação e dinamização de espaços culturais existentes, mas também a criação de novos polos culturais de proximidade, com ênfase na inclusão social, na diversidade e na sustentabilidade.

Assumimos que somos um concelho com porta aberta ao mundo, na afirmação dos Açores no palco global, através da internacionalização de projetos culturais, da mobilidade de artistas e públicos.

Connosco, a cultura será uma prioridade transversal, presente nas políticas de educação, turismo, juventude e ação social, ao serviço de uma cidadania ativa, plural e consciente, com todos e para todos, sem excluir nada, nem ninguém.

3.1. Dinamização Cultural do Centro Histórico

Propostas:

- ✓ Criar o Gabinete Técnico de Acompanhamento do Centro Histórico de Ponta Delgada, para gestão integrada de projetos urbanos;
- ✓ Conceber e executar Plano de Regeneração Urbana, com programa funcional por quarteirão, zona a zona
- ✓ Penalizar o abandono de imóveis (IMI majorado) e incentivar a reabilitação, para atrair residentes;
- ✓ Alargar zonas pedonais, ciclovias, corredores de corrida/passeio e criar mais zonas de lazer familiar;
- ✓ Dignificar espaços simbólicos como o Campo de São Francisco, com atividades regulares e familiares durante todo o ano;
- ✓ Criar uma Feira de Natal ao estilo europeu no centro histórico de Ponta Delgada;
- ✓ Criar eventos culturais/feiras de artesanato/mercados através do fecho temporário de ruas como forma de dinamização da cidade e teste de zonas de pedonalização (e.g. Domingos Verdes).

3.2. Cultura e património

Propostas:

- ✓ Implementar o Plano Estratégico para a Cultura 2030 concebido na preparação da candidatura de Ponta Delgada – Açores a Capital Europeia da Cultura (Açores 2027);
- ✓ Impulsionar e dignificar a realização de PDL26 – Capital Portuguesa da Cultura, aproveitando esta oportunidade para posicionar a cidade e o concelho como um exemplo maior do melhor que se faz no país em termos culturais;
- ✓ Operacionalizar, dinamizar e reunir (por todo o concelho) o Conselho Municipal de Cultura, na definição e orientação estratégica das políticas culturais a implementar no concelho;
- ✓ Rever e majorar o "Regulamento de Apoio às Atividades Culturais", com critérios objetivos (e em articulação estreita com o sector criativo e cultural), cujo incremento

- orçamental poderá advir da receita proveniente da taxa turística que, assim, beneficiará de forma direta, a melhoria do acesso dos munícipes (e visitantes) a uma oferta de animação artística e cultural mais plural e qualificada;
- ✓ Nos apoios às Atividades Culturais, majorar as propostas artísticas com objetivos estratégicos, nomeadamente: a promoção da relação dos artistas com os equipamentos municipais ou outras instituições públicas; desenvolver a atividade artística como lugar de debate sobre questões contemporâneas; no contributo para a diversidade, qualidade e descentralização da oferta artística no concelho; promover a sustentabilidade ambiental e a implementação de boas práticas ecológicas nos domínios artísticos e na realização das iniciativas; contribuir para a diversidade étnica e cultural, a inclusão social, a igualdade de género, a cidadania e a qualidade de vida das populações;
 - ✓ Dar maior visibilidade e rentabilização ao Centro Municipal de Cultura, nomeadamente, com conteúdos adaptados às várias gerações e com um horário mais próximo da população residente (e visitante);
 - ✓ Promover a articulação de agendas dos eventos culturais (e outros) na ilha, com a participação do Governo, Câmaras Municipais, Freguesias, associações empresariais e agentes culturais, por forma a evitar sobreposições desnecessárias;
 - ✓ Apoiar as agendas culturais existentes em formato bilingue que agreguem toda a informação da oferta disponível no concelho e que não promova apenas os eventos municipais;
 - ✓ Melhorar a sinalética urbana relativa a edifícios, instituições culturais e peças de arte pública e promover, em parceria com outras entidades, nomeadamente, de animação turística, a sua melhor promoção e visitação;
 - ✓ Desenvolver com outras entidades públicas e privadas um Plano de salvaguarda do Património municipal e concelho;
 - ✓ Articular com o Museu Carlos Machado e com a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada ações colaborativas em prol da descentralização concelhia, quer através da iniciativa - Museu Móvel, quer no estudo da possibilidade de recuperar o conceito das Bibliotecas itinerantes;
 - ✓ Aumentar o apoio na oferta de deslocação dos autocarros municipais às diferentes escolas do concelho em visitas de estudo, a entidades culturais em Ponta Delgada, a espaços lúdicos/verdes ou a centros de ciência, reduzindo as assimetrias concelhias, entre centro e periferia (sem custos para o utilizador);



- ✓ Dinamizar os roteiros culturais e ambientais existentes, em parceria com entidades públicas e privadas, como forma de dar a conhecer melhor a cultura e o património que nos assiste, sobretudo, na criação de conteúdos que possam ajudar a mitigar a oferta de animação turística nos dias em que a meteorologia está menos favorável a atividades a realizar no exterior (os quais devem ser igualmente, e naturalmente, dirigidos à população residente);
- ✓ Criar e dinamizar um Roteiro Cultural de obras contemporâneas de relevante interesse, em parceria com Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitetos (e a Universidade dos Açores);
- ✓ Criar um programa de apoio aos agentes culturais do concelho nos projetos de circulação e itinerância concelhia, regional, nacional ou até internacional;
- ✓ Promover uma parceria com o Parque Atlântico que facilite o acesso dos munícipes às sessões de Cinema a preços mais convidativos, em particular, para famílias numerosas, jovens e desempregados;
- ✓ Articular com o Coliseu Micaelense e o Teatro Micaelense uma maior abertura ao acolhimento de instituições culturais do concelho, sem o pagamento de serviços adicionais ou de alugueres;
- ✓ Garantir que o Coliseu Micaelense concorra e beneficie dos apoios financeiros da Rede Portuguesa de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP), tornando a sua programação mais plural e inclusiva no domínio das artes performativas;
- ✓ Promover a articulação da agenda do Coliseu Micaelense com as dos espaços culturais não municipais, evitando sobreposição de calendários;
- ✓ Criar um festival anual de bandas filarmónicas, com prémios de participação e formação para os melhores instrumentistas do concelho;
- ✓ Possibilitar que grupos de dança, música e teatro possam apresentar o seu trabalho a outras audiências;
- ✓ Analisar a possibilidade de apoio financeiro e técnico ao grupo de cidadãos que pretende reabrir o Cine-Teatro Açor na Vila das Capelas;
- ✓ Valorizar sempre os artistas regionais e promover a sua participação em eventos promovidos pelo município;
- ✓ Promover residências artísticas nas freguesias e zonas menos centrais, incentivando a criação fora dos grandes centros;
- ✓ Estimular a criação de um Festival de Música, apoiar o cineclubes e dinamizar sessões descentralizadas de cinema;



- ✓ Apoiar escritores na publicação e divulgação do seu trabalho, especialmente com despesas de representação noutros concelhos ou outras ilhas.

3.3. Direitos humanos, igualdade e inclusão

Propostas:

- ✓ Criar o Plano Municipal de Promoção das Acessibilidades, com mapeamento de obstáculos e soluções concretas por freguesia, em que se assegure:
 - Alterações urbanísticas (e.g., rebaixamento e alargamento de passeios, rampas, etc.);
 - Habitação adaptada e acessível (i.e., sem barreiras arquitetónicas);
 - Políticas de reabilitação urbana que integrem mobilidade suave (e.g., passeios largos, bancos, iluminação);
 - Planeamento de bairros amigos dos idosos, com proximidade de serviços e segurança.
- ✓ Lançar o programa Ponta Delgada Acessível – Praia e Piscina para Todos, com infraestruturas inclusivas nas zonas balneares;
- ✓ Criar a distinção Empresa Solidária, premiando boas práticas empresariais de responsabilidade social;
- ✓ Estabelecer o Balcão da Inclusão, em parceria com o Instituto Nacional para a Reabilitação, para centralizar o apoio às pessoas com deficiência;
- ✓ Apoiar as instituições LGBTQI+, nomeadamente através de um protocolo de apoio específico;
- ✓ Reforçar política de habitação inclusiva: arrendamento social para núcleos monoparentais com filhos.

3.4. Interculturalidade e diáspora

Propostas:

- ✓ Estabelecer parcerias associações honorários para dinamização de atividades culturais e económicas com comunidades imigrantes;
- ✓ Promover as potencialidades de Ponta Delgada junto da diáspora, com enfoque nos EUA, Canadá, Brasil e Bermudas;
- ✓ Alargar as geminações institucionais com municípios estrangeiros com fortes ligações às comunidades açorianas.

3.5. Bem-estar animal

Propostas:

- ✓ Criar a Residência dos Animais de Ponta Delgada, com instalações adequadas para acolhimento, tratamento e adoção de animais errantes;
- ✓ Promover campanhas de adoção responsável e esterilização, em articulação com associações de proteção animal;
- ✓ Desenvolver um programa de voluntariado animal e sensibilização cívica, com ações educativas em escolas e espaços públicos;
- ✓ Promover medidas de apoio às associações zoófilas que atuam no concelho, consoante as necessidades existentes;
- ✓ Melhoramento das condições do gatil municipal;
- ✓ implementar campanha de apanha, esterilização e libertação de gatos nas colónias felinas do concelho;
- ✓ Criar na orgânica da Câmara Municipal um pelouro denominado “Proteção, saúde e Bem Estar Animal”;
- ✓ Garantir que os Regulamentos Municipais permitem em habitação municipal/jovem a detenção de animais de companhia;
- ✓ Dotar o CROA de recursos humanos que possuam a devida qualificação técnica e aptidão para as funções, devendo, para além de médicos-veterinários municipal e dos tratadores-apanhadores, assegurar-se a existência de enfermeiros veterinários, auxiliares de medicina veterinária e especialistas em comportamento animal, que possam avaliar animais;
- ✓ Criação de um fundo de apoio a munícipes com dificuldades financeiras para garantir a esterilização e prestar cuidados médico-veterinários aos seus animais (financiado com coimas, por exemplo);
- ✓ Proibição, progressiva, de utilização de animais nas atividades culturais/artísticas;
- ✓ Transição para a utilização de pirotecnia silenciosa;
- ✓ Recuperação dos animais tidos como perigosos no canil;
- ✓ Apostar na sensibilização para combate ao acorrentamento de animais;
- ✓ Aposta nos programas de voluntariado no CROA (levar animais às escolas, centros de dia, creches, etc.);
- ✓ Assegurar, em articulação com o operador, o acesso de animais de companhia aos transportes públicos, incluindo os cães cujo porte não permite que se façam transportar



- acondicionados em transportadoras, desde que circulem acompanhados pelo seu detentor e não coloquem em causa a segurança ou conforto dos restantes passageiros
- ✓ Criar um Plano Municipal de Proteção, Saúde e Bem-estar animal, dotado de verba orçamental para a sua execução
 - ✓ Adotar um Regulamento Municipal de Proteção, Saúde e Bem-estar Animal, que promova uma maior proteção e bem-estar animal na autarquia;
 - ✓ Assegurar a inclusão dos animais de companhia nos Planos Municipais de prevenção e combate à Violência Doméstica;
 - ✓ Reforçar a articulação da autarquia com os Órgãos de Polícia Criminal locais para uma mais rápida e ágil resposta às situações de negligência e de maus-tratos a animais e promover ações de formação às equipas SEPNA E BRIPA que incidam em temas de bem-estar animal.
 - ✓ Criar equipas técnicas multidisciplinares, integrando médicos-veterinários municipais, biólogos e assistentes sociais, para reforçar a fiscalização da proteção e bem-estar animal pelas autoridades competentes.
 - ✓ Assumir-se como um Município Livre de Touradas.

4.º COMPROMISSO: PROXIMIDADE, PARTICIPAÇÃO E GOVERNAÇÃO

A Câmara Municipal de Ponta Delgada tem um papel central na construção de um concelho mais justo, moderno e equilibrado. Para alcançar este objetivo é fundamental um trabalho articulado entre os vários níveis de governação – Câmara, Juntas de Freguesia e Governo Regional – para que os diferentes eixos de atuação se reforcem mutuamente. Só com cooperação e visão comum podemos implementar medidas eficazes, sustentáveis e verdadeiramente transformadoras na vida dos cidadãos de todas as freguesias.

4.1. Otimização dos serviços

Pretendemos simplificar processos, reduzir tempos de resposta e tornar os serviços municipais mais acessíveis e digitais.

Propostas:

- ✓ Uniformização de critérios entre gestores de processo e maior formação interna para melhorar o atendimento e transparência;
- ✓ Criação de plataforma online para preenchimento automático de termos de responsabilidade, com base em dados da localização e tipo de obra;
- ✓ Atribuição da análise de projetos de arquitetura a dois técnicos diferentes, para garantir imparcialidade e rigor na avaliação;
- ✓ Atualização e desburocratização do programa Reviva, eliminando exigências redundantes como licenciamento específico para carregamento de materiais em obra já licenciada;
- ✓ Implementar um simulador online para cálculo de taxas municipais antes da submissão do projeto, com opção de validação oficial rápida e pagamento;
- ✓ Rever o regulamento municipal de legalizações (RMUET – Artigo 11 A), para contemplar situações em que não existia enquadramento legal à data da construção;
- ✓ Ajustar a penalização tripla nas legalizações, diferenciando entre erros conscientes e situações herdadas ou involuntárias;
- ✓ Implementar um separador unificado para processos e licenças de obras, com acesso centralizado por parte dos técnicos e munícipes, no sítio da internet da Câmara;
- ✓ Liderar um processo, junto da Associação de Municípios de São Miguel (AMISM), para a uniformização dos processos de licenciamento na ilha de São Miguel;



- ✓ Reforçar a transparência e o escrutínio da gestão municipal, com acesso facilitado à informação através do portal online;
- ✓ Criar a APP Ponta Delgada + Próxima, como ferramenta de acesso a serviços municipais, participação cívica e reporte de ocorrências;
- ✓ Reforçar e reformar o Orçamento Participativo, garantindo a execução efetiva de projetos nas 24 freguesias.

4.2. Descentralização

A transferência de competências e recursos para as freguesias é essencial para garantir uma administração pública mais eficaz, o reforço da participação cívica e maior proximidade na resposta às necessidades locais.

Propostas:

- ✓ Aumentar a dotação orçamental descentralizada, com transferência clara de competências e recursos para as Juntas de Freguesia;
- ✓ Realizar reuniões públicas descentralizadas da Câmara Municipal, garantindo proximidade entre eleitos e cidadãos em todas as freguesias;
- ✓ Criar Projetos-Piloto de Assembleias de Cidadãos. Estas assembleias seriam formadas por cidadãos selecionados por amostragem aleatória estratificada, em regime voluntário, convocados a deliberar sobre uma temática/problemática específica num período de tempo bem definido, com o devido apoio dos gabinetes técnicos do município.
- ✓ Democratizar o acesso à política local com a transmissão online das reuniões da Câmara e das Assembleias, garantindo locais acessíveis e com mobilidade inclusiva;
- ✓ Reforçar o papel das Juntas como ponto de contacto direto com a Loja do Município, dotando-as dos recursos humanos necessários.

4.3. Administração municipal e gestão financeira

A valorização dos recursos humanos da Autarquia é essencial para esta Coligação. O serviço público municipal, de pessoas para pessoas, precisa de trabalhadores motivados e com formação para dar resposta às necessidades dos munícipes.

Propostas:

- ✓ Reduzir as nomeações políticas ao estritamente necessário, assegurando mérito e profissionalismo na gestão municipal;



- ✓ Envolver os trabalhadores nas decisões institucionais que dependem diretamente das suas ações;
- ✓ Implementar ações regulares de formação dos trabalhadores municipais, com foco na inovação, atendimento e gestão;
- ✓ Reestruturar serviços de limpeza, higiene urbana e embelezamento, com equipas operacionais de resposta rápida em cada freguesia;
- ✓ Realizar uma auditoria externa às contas municipais, assegurando rigor e confiança na gestão pública;
- ✓ Desenvolver um plano de consolidação da dívida municipal, com visão de médio-longo prazo.

4.4. Participação Cívica e Governança

Propostas:

- ✓ Organizar o Orçamento Participativo Sénior, com parte dos fundos municipais alocados a projetos escolhidos por esta faixa etária;
- ✓ Monitorizar e avaliar regularmente os indicadores de envelhecimento e bem-estar sénior;
- ✓ Publicitar devidamente os documentos em consulta pública e incentivar à participação dos munícipes;
- ✓ Criar o "Provedor do Munícipe".

Unidos por Ponta Delgada

para

Mais Habitação, Mais Oportunidades, Mais igualdade, Mais Qualidade de Vida